



A educação e o indígena no Brasil por Adir Casaro Nascimento

REU

Apresentação

Adir Casaro Nascimento, a entrevistada deste volume da REU, que trata do tema Povos Originários, é docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado - da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), de Mato Grosso do Sul, Bolsista Produtividade do CNPq, líder do Grupo de Pesquisa Educação e Interculturalidade/CNPq e coordenadora do Observatório da Educação/Edital 049/2012 - Núcleo UCDB - com o projeto: Formação de professores indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul: relações entre territorialidade, processos próprios de aprendizagem e educação escolar. A professora tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Indígena envolvendo os seguintes temas: currículo e formação de professores na perspectiva da interculturalidade, identidade e diferença.

Aspectos da trajetória da Profa. Dra. Adir Casaro Nascimento, relativos à educação indígena e à educação escolar indígena, postos nesta entrevista, contribuem para a compreensão do tema Povos Originários, no contexto brasileiro.



REU: Como você concebe educação indígena?

Adir Casaro Nascimento: Existe uma diferença entre educação indígena e educação escolar indígena. A educação indígena é a educação que a criança recebe no contexto da comunidade e que varia de etnia para etnia e das relações históricas de contatos (igrejas, escolas, mídias, confrontos por territórios, urbanidade entre) que o grupo vivencia, mesmo sendo de uma mesma etnia. Na educação indígena, os saberes são transmitidos tendo como referência a cultura, mesmo que hibridizada, as suas pedagogias, as suas relações com a natureza e suas organizações sociais, de relações de parentesco entre outras particularidades. A educação escolar indígena, a partir da Constituição de 1988, é um processo em construção tem em vista o respeito à diferença, ao bilinguismo, à interculturalidade e à especificidade de cada grupo indígena.

REU: Como veio o seu interesse pela pesquisa em educação escolar indígena?

Adir Casaro Nascimento: Moro em um estado (Mato Grosso do Sul) que tem a segunda maior população indígena do país e que traz historicamente muitos conflitos, em especial, com a demarcação de seus territórios tradicionais dos quais foram expulsos na década de 1920 e, posteriormente, na década de 1940 (implantação da Colônia Agrícola nacional de Dourados), com vistas à liberação das terras para abrigar a chegada de novos colonizadores e os assentados do projeto de Reforma Agrária no governo Getúlio Vargas. Além dos conflitos constantes, o estado tem uma forte marca de antiindigenismo o que potencializa violentamente os preconceitos e a discriminação. O meu interesse com a educação escolar indígena começa em 1987, quando fui convidada pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário) para fazer a assessoria ao departamento de educação da ONG, que já vinha fazendo experiências com projetos alternativos de educação escolar, no sentido de descolonizar o modelo monocultural, homogeneizador, essencialista, assimilacionista e integrador que era oferecido nas aldeias pelo Estado (União/FUNAI), em parceria, na maioria dos casos, com missões católicas e evangélicas que tinham como objetivo principal o proselitismo e a integração à cultura nacional.



REU: Em que aspectos as suas pesquisas contribuem para a educação escolar indígena?

Adir Casaro Nascimento: Bom, penso que as pesquisas do Grupo e do Observatório têm contribuído, sobretudo, para a reflexão sobre os saberes/conhecimentos e as pedagogias que devem compor o currículo das escolas indígenas. Temos realizado pesquisas em campos não muito fáceis de observação como os processos próprios de aprendizagem e a criança/infância indígena, o que tem oportunizado novas teorizações e reflexões que muito tem contribuído para os programas de formação de pesquisadores indígenas e de formação inicial e continuada de professores indígenas, bem como de técnicos responsáveis pela educação escolar indígena dos sistemas, em especial municipal e estadual. É interessante destacar que muitos indígenas têm procurado o mestrado e doutorado de nossa instituição, o que tem nos oportunizado novos aprendizados no sentido de subverter a ordem canônica e monocultural que ainda impera na academia.

REU: Como se dá a educação escolar indígena no Brasil, em geral?

Adir Casaro Nascimento: O Brasil tem a mais avançada legislação para educação escolar indígena da América Latina. Uma legislação baseada no respeito à diferença e no direito de continuar sendo índio, apesar da escola. Desde a Constituição de 1988, à escola indígena tem o direito de usar as suas línguas maternas e os seus processos próprios de aprendizagem com vistas a garantir a legitimidade de seus saberes ancestrais, as suas lógicas de produção de conhecimento e o fortalecimento de suas identidades, porém na prática isto não tem sido fácil por algumas razões mais visíveis: - a não formação intercultural e pluriétnica dos gestores da educação, de maneira geral; a histórica formação monocultural e homogeneizadora, inclusive, de muitos professores indígenas, que muitas vezes têm que passar pelo doloroso processo de descolonização e decolonialidade; a ausência de recursos materiais específicos para cada etnia ou comunidade indígena. Por outro lado há que se destacar o esforço e investimento dos órgãos públicos com relação a programas de formação inicial e continuada de professores indígenas e de produção de material didático específico nos últimos anos. Para a realização destas formações e da produção destes materiais, o investimento em pesquisas e publicações também tem sido incentivado. Em nosso grupo de pesquisa temos incentivado e priorizado a participação de professores indígenas como pesquisadores e autores das produções.



REU: Em que aspectos a educação indígena ou a educação escolar indígena ainda são carentes de pesquisas? Em contrapartida, em que aspectos elas são significativas?

Adir Casaro Nascimento: Há muito que se realizar ainda com relação aos saberes/ciências indígenas para que sejam legitimados, em especial nas academias. É preciso subverter a ordem da escrita competente da academia para que os saberes produzidos e transmitidos pelo sistema oral possam ser traduzidos (Bhabha, 2003) para outra escrita que não contamine os saberes indígenas com a sua lógica ortodoxa. Este, ainda, é um grande desafio. As pesquisas realizadas por indígenas tem nos levado a este enfrentamento epistemológico e metodológico. Em contrapartida, as que têm sido realizadas, tendo em vista, o respeito à diferença tem ajudado a “sistematizar” os saberes e as lógicas indígenas para que possam compor, com autonomia, a construção da interculturalidade, ou seja, dialogar com outros saberes em uma condição menos assimétrica e com um potencial de poder comparado aos de outros conhecimentos que chegam à escola.

REU: Que autores você considera importantes para compor o estado da arte deste tema?

Adir Casaro Nascimento: Já existem muitos autores no Brasil e fora do Brasil que podem fazer esta composição. Autores das mais diversas áreas do conhecimento. Em especial, recomendo aqueles que vêm com a marca do pós-colonialismo, dos estudos da colonialidade, do pós-estruturalismo que nos provocam a refletir sobre as marcas do colonialismo não só nas identidades indígenas, mas também, em nossas identidades.

REU: Em relação à questão da alteridade, você pode mencionar se suas pesquisas podem sinalizar sobre a concepção dos brasileiros, em geral, em relação ao índio? É possível avaliar em que medida ele ainda é visto à luz de estereótipos? Como os livros didáticos representam o índio, em geral?

Adir Casaro Nascimento: Nem são em nossas pesquisas, mas as pesquisas em geral evidenciam isto e o comportamento em geral dos brasileiros, sem generalizar, é uma visão estereotipada e preconceituosa. Não se pode culpar a população brasileira por este comportamento. Há todo um processo de construção destes estereótipos pela escola, pelas instituições que promovem a inferiorização e subalternização, de certa forma, a satanização da diferença. Estamos vivendo momentos difíceis com a perspectiva de perda dos direitos conquistados na promulgação da constituição de 1988, no que se diz com relação à demarcação dos territórios e mais recentemente com o advento da Base Nacional Comum Curricular que, em princípio, fere o direito à diferença no currículo da educação básica indígena



que não deve entrar como parte diversificada ou complementar, mas sim como orientador, como fio condutor do currículo da escola indígena. Só para citar estes dois desafios. Os livros didáticos já avançaram em alguns aspectos, mas em geral, ainda têm o índio de cultura estática, estereotipada, exótica e folclórica.

REU: Há alguma experiência com povos indígenas que você gostaria de relatar?

Adir Casaro Nascimento: A minha maior experiência é de aprendizagem. Aprender a ouvir, por exemplo, a perceber os sinais da natureza e descobrir que estamos em um território onde há muitas línguas e linguagens, muitos saberes que tenho e que vieram dos índios e não das academias e que, se seguirmos os seus ensinamentos “um mundo melhor é possível”.

Adir Casaro Nascimento – Universidade Católica Dom Bosco
– UCDB. Campo Grande | Mato Grosso do Sul | Brasil.
Contato: adir@ucdb.br

REU – Universidade de Sorocaba – Uniso. Sorocaba | São
Paulo | Brasil. Contato: reu.uniso@gmail.com